

## Imprensa e Feminismo do século XIX no sul das Gerais

Profa. Dra. Aparecida Maria Nunes<sup>1</sup> (UNINCOR)

### Resumo:

*Francisca Senhorinha da Motta Diniz, educadora e romancista, integrou o movimento feminista brasileiro do século XIX, no sul das Minas Gerais. Empreendedora, utilizou a imprensa para mobilizar a opinião pública em defesa das causas abolicionistas e republicanas, ao lado do direito da mulher à educação. Ao resgatar e entender o periódico que idealizou – O Sexo Feminino, publicado em 1873 na provinciana Campanha, no sul das Gerais, mais tarde editado na corte sob o nome O Quinze de Novembro do Sexo Feminino – submerge o retrato de uma época em ebulição que a mídia do período soube transmitir e preservar mediante os textos opinativos do semanário, que evidência o tom panfletário do discurso de autoria feminina.*

**Palavras-chave:** literatura e história, literatura e mídia, imprensa do século XIX.

### Introdução

Durante a primeira metade do século XIX, surgiram no Brasil alguns jornais dedicados às mulheres. A imprensa, timidamente, começava a se segmentar. Mas, apesar de já trazerem no título o público-alvo ao qual se destinavam e de adotarem pautas ao gosto dos interesses das mulheres letradas da época, esses periódicos – como *O espelho das brasileiras* (Recife, 1831) e *A fluminense exaltada* (Rio de Janeiro, 1832) – eram fundados e dirigidos por homens. E não raro, as matérias também eram escritas por redatores que, muitas vezes, adotavam pseudônimos femininos.

Somente no período entre séculos (segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX), as imprensas feminina e feminista ganham expressão no país, sobretudo pela luta do direito à educação e do voto da mulher. Mesmo com duração efêmera, não se pode negar a importância de tais jornais para a consolidação de novo perfil da jovem habituada ao bordado e às lições de piano. No entanto, adotando a linha editorial a favor da emancipação da mulher, o semanário *O sexo feminino*, lançado em 1873, na pacata cidade de Campanha, no sul de Minas, instaurava nova tendência na história do jornalismo brasileiro. De reconhecida cultura e ousadia, amiga de D. Pedro II, Francisca Senhorinha da Motta Diniz lança, edita e redige seu semanário, em época de profundas inquietações políticas e sociais, conclamando sua leitora a não abdicar do direito à educação intelectual.

Apesar de ser referência na imprensa feminina, citada inclusive por Gondin da Fonseca como uma das primeiras feministas brasileiras, pouco se sabe sobre Francisca Senhorinha. As escassas informações biográficas tampouco mencionam sua data de nascimento. Os registros dizem apenas que é natural de São João Del Rei e filha de Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e de Gertrudes Alves de Mello Ramos. E que, de seu casamento com o advogado José Joaquim da Silva Diniz, teve duas filhas: Albertina e Elisa.

### 1 Imprensa tardia

Campanha, em 1872, conforme o recenseamento da época, possuía pouco mais de 20 mil habitantes, sendo que apenas 1458 mulheres sabiam ler e escrever, cerca de 7% da população total. E é para essas mulheres, além de outras nas cidades de Lorena e Rio Preto, em São Paulo, e em Bagagem e Três Pontas, em Minas Gerais, mantendo permutas com jornais da Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Madri e Nova Iorque, incluindo o imperador Dom Pedro II e a prin-

cesa Isabel, como assinantes especiais, que Francisca Senhorinha divulga suas idéias que se somam a dos abolicionistas e republicanos.

É necessário esclarecer, contudo, que o jornalismo surgiu tardiamente nas Minas Gerais. Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco já tinham publicações bem atuantes. O primeiro jornal das Gerais foi o *Compilador Mineiro*, fundado em 13 de outubro de 1823, que já delineava o estilo moderado, característico da imprensa mineira do século dezenove, que contrastava com a linha editorial combativa e agressiva dos periódicos de outras províncias. Ouro Preto chegou a concentrar a maior parte de títulos de periódicos: 163 jornais, até 1897. Mas, com o enriquecimento das cidades provocado pela mineração, outros órgãos de imprensa foram sendo criados. Até que, na segunda metade dos oitocentos, com a decadência da mineração do ouro, a Zona da Mata e o Sul das Minas começaram a ganhar importância no cenário político-econômico. A imprensa se interioriza. São João Del Rei e Diamantina ganham destaque no jornalismo mineiro oitocentista, com 41 e 45 publicações, respectivamente, até 1897. A iniciativa favorece a criação de jornais em cidades próximas, como Tiradentes e Campanha. E é justamente nesse contexto que *O sexo feminino* é publicado, um semanário, como estampa sua editora abaixo do nome do periódico, “dedicado aos interesses da mulher”.

Mesmo longe da efervescência cultural e política da corte no Rio de Janeiro, Francisca Senhorinha não se intimida em lançar seu jornal de combate no interior mineiro. E diante de uma “feliz coincidência”, como ela mesma expressa em texto de apresentação do primeiro número, em 7 de setembro, quando então se comemorava 51 anos de liberdade ao jogo colonial, a data também serviria para marcar uma época não menos memorável, conforme frisa a jornalista: a independência do sexo feminino.

Empreendedora, Francisca Senhorinha não só idealiza seu semanário, definindo a linha editorial, como também se arrisca a divulgar suas idéias na imprensa, mediante um jornal que já levava no nome – *O Sexo Feminino* – a sua proposta ideológica. Francisca, portanto, não se limita aos papéis de esposa e professora. Acredita que através da mídia daquele tempo poderia mobilizar mais simpatizantes para a bandeira de emancipação da mulher. Por isso, aproveita a tipografia do marido José Joaquim, também proprietário do jornal *O Monarchista*, para lançar seu semanário em quatro páginas, obedecendo ao padrão gráfico da época. Surpreendentemente a tiragem inicial foi de 800 exemplares, todos vendidos por assinatura.

A proposta de Francisca Senhorinha não era nova. Seguia, de certa forma, a linha de outros periódicos antecessores seus, como *O Jornal das Senhoras*, fundado em 1º de janeiro de 1852, pela argentina Joana Paula Manso de Noronha e *O Belo Sexo*, em 1862, redigido por Julia de Albuquerque Sandy Aguiar. Ambos editados no Rio de Janeiro. Em São Paulo, Josefina Álvares de Azevedo, irmã do poeta, lança *A Família*, em 1863. Vale lembrar que, na primeira metade do século XIX, já havia, mesmo que timidamente, uma imprensa direcionada à mulher no Brasil. É o caso de *O Espelho Diamantino*, no Rio de Janeiro, e *O Espelho das Brasileiras*, em Recife. Mas todos eles fundados e dirigidos por homens.

A mobilização da mulher em busca de seus direitos não esteve ausente das páginas de jornais. O espaço na imprensa, desde o novecentos, ganhou impulso com a iniciativa audaciosa de algumas pioneiras em editar periódicos. As feministas consideravam a imprensa um meio importante para difundir conhecimento e transmitir informações sobre os direitos e as obrigações das mulheres.

Apoiando-se em relatos de viajantes estrangeiros, June E. Hahner traça um perfil da brasileira do século XIX (1981, pp. 28 e 29). Hahner conta que o chefe de família, rodeado de escravas concubinas, exercia seu mando sobre filhos e esposa. A mulher, restrita ao lar, procriava incessantemente. Passiva, foi se tornando indolente, gorda e mal-humorada.

Essa imagem - da mulher obesa e de humor instável - molda praticamente a mulher da Corte. Nas classes menos abastadas, entretanto, o trabalho feminino era necessário e sua liberdade fugia ao

controle opressor. Observações como a do reverendo Robert Walsh, citado por Miriam Moreira Leite, ao falar sobre a mulher no Rio de Janeiro do século XIX, apoiando-se em livros de viajantes estrangeiros, podem atestar tal diferença. Walsh, quando de sua viagem por Minas Gerais, no fim da década de 1820, deparou-se com mulheres viúvas, esposas de fazendeiros, que, por questões de sobrevivência, dirigiam as fazendas e os escravos, incorporando fielmente o papel e os encargos do marido. Contudo, apesar dos esforços motivados pela necessidade material ou pela sede de liberdade, o Direito Civil brasileiro estabelecia que as mulheres eram menores perpétuos e, assim sendo, mesmo as mais vanguardistas não escapariam aos impositivos da lei. Continuariam a ser subalternas, ingênuas e inconseqüentes.

Procurando superar a condição imposta pela sociedade patriarcal, a de reprodutora e organizadora do lar, algumas mulheres destacaram-se no cenário do Brasil da primeira metade do século dezenove. Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida no Rio Grande do Norte, em 1809, com justiça, é uma das primeiras feministas do país. Atuou no magistério e chegou a fundar uma escola no Rio de Janeiro, que funcionou por 17 anos. Nísia era a favor da liberdade de religião e da abolição da escravatura. Defendia o direito da mulher à educação. Dinâmica, publicou, em 1832, Uma reivindicação pelos direitos da mulher, tradução da obra da feminista inglesa Mary Wollstonecraft. E também um livro de preceitos e conselhos morais para moças, em 1842: *Opúsculo humanitário*.

## **2 Um jornal para a posteridade julgar**

O ambiente da corte no Rio de Janeiro parecia ser propício para o surgimento de outros jornais, ainda que de vida efêmera, na linha reivindicatória dos direitos das mulheres. E foi justamente nesse cenário de lutas entre-séculos que se destaca o espírito de iniciativa de Francisca Senhorinha que nos permite saber mais sobre as próprias mulheres e das estratégias que adotaram para se expressar publicamente – num tempo em que o acesso ao conhecimento e à ilustração era privilégio de uma elite sobretudo masculina.

Francisca Senhorinha estava ciente de possíveis retaliações. E tal era a força expressiva de seu discurso que, logo na primeira página da edição inaugural, sob o título “A educação da mulher”, a jornalista adverte estar preparada para reações irônicas e perseguições infundadas. Ela escreve:

Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão de imprensa – O Sexo Feminino; tapem os olhos os indiferentes para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; riam os curiosos seu riso sardônico de reprovação à idéia que ora surge brilhante no horizonte da cidade de Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do Sexo Feminino; persigam os retrógrados com seus ditérios de chufa e mofa nossas contrêrrâneas, chamando-as de utopistas: O Sexo Feminino aparece. Há de lutar e lutar até morrer; morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido.

E foi assim que o jornal *O Sexo Feminino* acabou se constituindo em um dos periódicos do gênero de maior duração e sucesso. Sua trajetória passou por três fases. A primeira, de 1873 a 1875, em Campanha da Princesa, Minas Gerais, com assinantes em diferentes cidades. A segunda, de 1875 a 1890, na cidade do Rio de Janeiro, para onde Francisca Senhorinha se transfere com a filha Elisa, tornando-se nome conceituado junto à Corte. Nesse período, foram impressos mais quatro mil exemplares dos primeiros dez números para atender os novos assinantes cariocas. Na terceira fase do jornal, de 1890 a 1896, Francisca, entusiasmada com a Proclamação da República, altera o nome do semanário para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, quando, então, passa a defender com maior empenho o direito das mulheres ao estudo secundário e ao trabalho. É por essa ocasião, pois, que a jornalista passa a denunciar a educação mesquinha oferecida às meninas.

Mas, voltando ao lançamento do jornal em 1873 e aos editoriais polêmicos escritos pela própria Francisca, sua grande luta, podemos dizer, na imprensa, foi a de encontrar um veículo capaz de propagar a necessidade de educação da mulher, que não podia ficar restrita ao mero papel decorativo do lar, como “boneca de luxo”. A fim de explicitar seu raciocínio, Francisca Senhorinha, ainda nesse primeiro editorial, frisa:

O século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convençam de que mais da metade dos males que os oprimem é devida ao descuido que eles tem tido da educação das mulheres, e ao falso suposto de pensarem que a mulher não passa de um traste em casa.

É importante observar que *O Sexo Feminino* mantém um discurso coerente com a proposta apresentada no título do semanário, definindo ainda seu público-alvo – a mulher – em época que a indústria cultural não tinha se constituído nem se segmentado. Mas que, atendendo a uma característica própria da estética da imprensa feminina de combate, já deixa evidente o conceito de imprensa sexuada, ao conclamar a interlocutora para as lutas aos direitos e às responsabilidades das mulheres, como o direito à alfabetização, à escola secundária e aos estudos superiores, direito às carreiras proibidas e ao trabalho remunerado.

Francisca incita, então, a mulher a olhar para si mesma e a definir o papel que a mulher representa na sociedade. Diz ser a mulher dotada das mesmas faculdades do homem e que, para ser também boa mãe de família, deve instruir-se. Por isso as conclama a vir para a imprensa, para reagir contra o despotismo masculino. Admite que é somente pela discussão, notadamente a veiculada pela imprensa, que serão capazes de persuadir a opinião pública passo a passo, até a conquista do ideal de emancipação da mulher.

E esse tema – de emancipação da mulher – acabou sendo recorrente nas três fases do periódico. Depois da proclamação da República, contudo, o entusiasmo de Francisca Senhorinha cede à desilusão manifesta com os novos tempos, cujos propagandistas republicanos asseguravam a legitimação dos direitos femininos. Mas, meses depois, a própria Francisca anunciava nas páginas de seu jornal que a República havia mostrado a sua verdadeira face, qual seja, a da manutenção dos preconceitos e das práticas discriminatórias contra a mulher, motivando um retrocesso,

E assim Francisca Senhorinha tentava, pela imprensa, romper com o ideal normativo do discurso masculino, sendo o perfil de sua interlocutora identificado como o da mãe de família, que é mobilizada a se instruir e adotar a educação como meio de conscientização de seus direitos e deveres. Para tanto, essa mulher deve abandonar a postura de adorno de salão e deixar de ser mera reprodutora.

Mas a luta de Francisca Senhorinha da Motta Diniz não se deu apenas com *O Sexo Feminino*. Incansável, colabora com outros jornais de vida efêmera, como *Estação* e *A Voz da Verdade*. No ano de 1889, inaugura o Colégio Santa Isabel, onde trabalhou com suas filhas até pelo menos 1893. E ainda figura como referência na cartilha da campanha “Mulheres sem medo do Poder”, como uma das primeiras brasileiras a defender os direitos à instrução e ao voto feminino.

## **Conclusão**

Os registros da presença feminina em quaisquer setores da vida social e política no Brasil são escassos, inclusive os de jornais feministas brasileiros do século XIX. Mesmo assim, debruçar-se sobre o periodismo desse período, de profundas e acirradas transformações no Brasil ainda imperial, é encontrar muitas vezes a voz que ecoa na luta por direitos iguais entre homens e mulheres, vozes essas que chegam a encobrir o retrato de quem a emite. É estar no meio do fogo cruzado de facções. É também sentir a paixão dos textos inflamados de reivindicações e dos discursos integralmente comprometidos com um processo de conscientização da condição feminina que reverbera, por incrível que pareça, ainda hoje.

Nesse cenário de entre-séculos, o jornalismo de combate ganha destaque e função. Longe da mercantilização da imprensa, sem a venda avulsa de exemplares, os periódicos eram produzidos por uma elite cultural e dirigidos, da mesma forma, para uma elite cultural que integrava a lista de assinantes. A crítica política animava os temas debatidos, principalmente nas questões delicadas entre o público e o privado, que acabavam delineando a hipocrisia da sociedade dominante e a arrogância dos poderosos.

## **Referências Bibliográficas**

- [1] HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- [2] LEITE, Miriam Moreira. *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX. Um índice de referência em livros de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982.
- [3] LINHARES, Joaquim Nabuco de. Imprensa em Belo Horizonte. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII, 1903, pp. 585-614.
- [4] MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- [5] MOURA, Antônio de P. e outros. O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira - 1869/89. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXXVIII, 1990, pp. 131-257.

---

## **Autora**

<sup>1</sup> **Aparecida Maria NUNES, Profa. Dra.**  
Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR)  
amnh@uol.com.br